



“Educação como prática de Liberdade”:  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9903 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

## AUTONOMIA E RESISTÊNCIA NO TRABALHO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Gabriela Milenka Arraya Villarreal - UFPA - Universidade Federal do Pará

Mary Jose Almeida Pereira - UFPA - Universidade Federal do Pará

Mary Ellen Costa Moraes - UFPA - Universidade Federal do Pará

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

### AUTONOMIA E RESISTÊNCIA NO TRABALHO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

#### RESUMO

Este trabalho objetiva analisar as bases da ideia de autonomia docente no contexto neoliberal e como essa concepção vem sendo utilizada para a reorganização do trabalho docente. Para tanto, recorreremos ao Método Histórico-dialético e à análise crítica do Discurso. Partimos dos pressupostos de centralidade do trabalho como atividade fundante da sociabilidade humana e da autonomia como conceito cuja apropriação prática está sujeita às relações contextuais. Concluímos que a autonomia, na sua concepção social, política e histórica, vê-se reforçada, pois, num contexto neoliberal e de alienação, ela dá lugar ao individualismo, à responsabilização docente e à exploração. Assim, encontramos, nas práticas de resistência, expressões mais genuínas de autonomia, visto que se constitui em uma autonomia radical ao invés de uma autonomia outorgada.

**Palavras-chave:** Autonomia docente; trabalho docente; resistência.

#### PROBLEMÁTICA

Este trabalho nasce da inquietação por encontrar elementos constitutivos da formação e trabalho docente, sendo a autonomia um deles. Tal inquietação teve lugar nas reflexões suscitadas, desde o ano de 2019, na disciplina Seminário de Pesquisa do doutorado em Educação da Universidade Federal do Pará. Como parte da pesquisa doutoral, fazem-se algumas reflexões sobre a referida categoria no contexto das políticas neoliberais.

O termo “autonomia” é amplamente discutido no campo da educação, dada a sua natureza conceitual, que revela uma importante dimensão do trabalho docente, capaz de delinear a atuação profissional. Ademais, sendo a educação uma esfera da sociedade que tende fortemente a cumprir com a ideologia de grupos hegemônicos, inevitavelmente, a categoria autonomia irá se desenhar a partir dos princípios e orientações ideológicas em evidência na disputa entre grupos sociais.

Essa compreensão tem sinalizado para a relevância do debate sobre a autonomia, municiando-nos com pressupostos que cimentam a inquietação desta pesquisa em desenvolvimento. Para este momento, referendamos aqueles teóricos que julgamos expoentes sobre a categoria autonomia.

Ocupar-nos dessa literatura é uma ação fulcral, sem a qual não será possível apreender a importância do trabalho docente como dimensão ontológica, que, segundo Leite, Borges e Faustino (2021), seria entender o trabalho enquanto processo de humanização. Para os autores, essa compreensão se revela como condição *sine qua non*, pois a “apreensão dos conhecimentos sistematizados pelos homens em seu caminho histórico é riqueza humana e determina a humanização” (LEITE; BORGES; FAUSTINO, 2021, p. 162).

Diante disso, a categoria trabalho se revela com tamanha importância. Conforme Santos, Ribeiro e Sobral (2019), a partir da perspectiva marxiana, o trabalho é fundante na sociabilidade humana, o que possibilita o surgimento de outras categorias relacionadas às demais práxis sociais, significativas para o desenvolvimento da humanidade.

Ao falar de autonomia, Kant (1995) está presente no debate. Segundo ele, a autonomia e a moralidade têm uma estreita relação, uma vez que entende a autonomia da vontade como determinada pela razão e não por sentimentos, paixões, por vontade ou pensamentos de outros; “independentemente da natureza dos objetos do seu querer” (KANT, 1995, p. 85). Isso significa que, independentemente do conteúdo, a autonomia se define por sua liberdade na escolha, mas esta liberdade se dá em relação a sentimentos e paixões alheias à razão, bem como em relação à vontade e ao pensamento dos outros, numa dupla liberação interna e externa.

Ademais, Castoriadis (2013), que trabalhou o conceito de autonomia, a entende como a capacidade reflexiva sobre as instituições e o instituído, bem como sobre novas significações. A autonomia se expressa na capacidade reflexiva de instituir novos significados, visto que só o indivíduo reflexivo pode questionar os significados sociais imaginários. Dessa forma, para esse autor, a autonomia é a plena participação dos indivíduos na sociedade, para o qual os indivíduos autônomos precisam de uma sociedade autônoma e vice-versa.

Uma sociedade é autônoma à medida que suas leis podem ser questionadas, e um indivíduo é autônomo quando estabelece relações entre seu inconsciente e seu passado, transformando as condições em que vive no presente (CASTORIADIS, 1997). Assim, introduz-se uma dupla dimensão de autonomia: social e individual. A primeira é determinada pela capacidade que tem a sociedade de pôr em questão suas leis e instituições; e a segunda pela relação de sua psique interna e suas condições externas. Essas duas atuam de maneira interdependente.

Se olharmos pelas lentes do neoliberalismo, que é o sistema em curso atualmente, temos a expressão de Hayek (1981, p. 45): “somos movidos pelo sistema de preços do mercado, por exemplo, a fazer coisas nessas circunstâncias das quais não temos conhecimento global e que produzem resultados que não buscamos”. Desse modo, uma visão heterônoma, sujeita aos desígnios do mercado, está condicionada por questões alheias à autodeterminação. Então, as ideias sobre a capacidade de reflexão de Castoriadis, a razão sublinhada em Kant, a força da educação libertadora e a tarefa dialógica do professor são condições para desenvolver a autonomia, as quais sucumbem às leis do mercado, conforme

a ótica neoliberal.

Nesse cenário, a perspectiva da autonomia docente e os organismos internacionais, como o Banco Mundial, OEI, UNESCO, BID e CEPAL, promoveram modelos de autonomia no contexto de ajuste estrutural e redução do Estado no âmbito das reformas educacionais dos anos 1990 (SOFORCADA, 2008). Contudo, essa autonomia não é o tipo reivindicado pelos trabalhadores docentes, mas uma autonomia que faz o jogo do mercado e que gera uma responsabilização pelos resultados, bem como uma maior intensificação e precarização do trabalho (OLIVEIRA, 2005).

A partir do exposto, vamos analisar as bases da ideia de autonomia docente no contexto neoliberal e como essa concepção vem sendo utilizada para a reorganização do trabalho docente, tendo em vista a apropriação de reivindicações legítimas, mas apropriadas e tergiversadas.

## **METODOLOGIA**

O contexto de apropriação da autonomia pelo neoliberalismo, conforme Saforcada (2008), é impulsionado pelos discursos dos organismos internacionais que apresentam um modelo de autonomia com base nos ajustes estruturais do capital, o qual desloca ideologicamente para a sociedade uma concepção de autonomia como ideal, focada no individualismo e na realização particular de cada sujeito, no direito de liberdade, que isola, fragmenta e esvazia a concepção de autonomia em uma perspectiva de luta e resistência como prática social.

Para tal discussão, apoiamo-nos no método dialético, no qual as contradições se transcendem, dando origem a novas contradições que passam a requerer solução. É um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade; considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico. Como abordagem de pesquisa, utilizou-se a qualitativa com base em Gil (1999), que atenta para as informações trazidas pelos pesquisadores, pelo texto e contexto social, do espaço que o fato se manifesta e se desenvolve. Por isso, a pesquisa indica que se considere o sentido do fenômeno e o significado da palavra, no caso de autonomia.

No decurso histórico, o uso da palavra “autonomia”, especificamente, foi apropriado pelo neoliberalismo, justamente categorias que historicamente vêm sendo reivindicadas pelos trabalhadores docentes, assim, esvaziando o sentido ao criar “ilusão da consecução de tais promessas obliterando a impossibilidade de serem alcançadas no capitalismo (...) aproveita-se da credulidade do outro que o busca, desenhando-o segundo seus interesses particulares” (EVANGELISTA; SHIROMA, 2014, p. 12).

À luz dessa perspectiva teórico-metodológica, faremos uso da técnica da Análise do Discurso, baseada em Fairclough (2016), para auxiliar nessa compreensão ao falar dos eventos discursivos como elementos que poderão reproduzir as contradições sociais e as lutas ao seu redor ou contribuir para as mudanças discursivas, dependendo da natureza de sua prática social e do contexto empregado. Dessa forma, a autonomia, nas acepções neoliberais, se diferencia do discurso na concepção socialista.

## **ANÁLISE**

Constatamos, na análise do material bibliográfico, que as ideias de Freire (2018) permitem a reflexão sobre como a categoria autonomia, no campo docente, pode se revelar

como espaço de resistência aos ditames neoliberais. Nesse sentido, o autor pondera como importante movimento questionar os novos significados do conceito de autonomia, no sentido de apreender as condições e possibilidades dele como práxis sócio-histórica de emancipação social.

Para essa reflexão, Freire (2018) considerou necessário analisar o termo “autonomia” à luz da dialética materialista, o que pressupõe entender o indivíduo como aquele que se institui como sujeito no processo de trabalho, portanto, condição ontológica de sua existência natural e social. Segundo o autor, a autonomia concede ao sujeito (professor) a possibilidade de se colocar no enfrentamento dos condicionantes materiais e ideológicos capitalistas, podendo exercer uma ação crítica mediante a situação de novas formas de produção do trabalho.

Outra importante reflexão nessa pesquisa que nos situa em relação às bases sobre a concepção de autonomia revela seu surgimento ancorado às questões sobre participação política e social, cimentando a ideia de descentralização e desconcentração do poder. Martins (2002) aponta uma expressiva e coerente compreensão de como o conceito de autonomia vem sendo construído ao longo das últimas décadas, com base nos movimentos sociais ocidentais burgueses que, pelos seus ideais e por suas bandeiras de lutas por representações políticas, foram delineando o termo.

Nesse sentido, observamos que as condições históricas necessitam ser consideradas, ocupando-se dos modos de produção que caracterizam a sociedade moderna e contemporânea. Martins (2002) também sustenta o debate do seu trabalho apoiando-se em Castoriadis (1991), que fornece subsídios teóricos consistentes ao manifestar que a autonomia se caracteriza como um “empreendimento da humanidade e um programa de reflexão filosófica do indivíduo” (MARTINS, 2002, p. 2018). A autora interpreta a fala de Castoriadis considerando que autonomia se constitui a partir da práxis, orientando a sociedade de modo a permitir a autonomia de todos.

A compreensão teórica de Castoriadis, apresentada por Martins (2002), caracteriza-se como aporte teórico necessário para consolidar um movimento que resista às orientações emanadas dos ditames capitalistas, materializados pelas ações dos Organismos Internacionais que, desde a década de 1990, estão pujantemente presentes na construção das políticas educacionais nos países da América Latina.

O estudo revelou que o termo “autonomia” escolar se vinculou prioritariamente ao princípio da descentralização, que permitia a transferência dos serviços educativos do governo federal às províncias. Esse movimento, conforme Saforcada (2008), apoiou-se nas orientações contidas nos documentos dos Organismos Internacionais, que desenhavam a autonomia escolar a partir de uma proposta com a ideia de autonomia administrativa, financeira e pedagógica. Desse modo, as orientações reformistas, iniciadas na década de 1990, reforçam o projeto neoliberal de isentar o Estado pela responsabilidade nacional com a educação.

## **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, a ideia de autonomia, na sua concepção social, política e histórica, vê-se reforçada, pois, em um contexto neoliberal e de alienação, ela adquire um caráter individualista, de impulso à concorrência entre pares, de exploração e responsabilização do trabalhador docente, fazendo apelo a seu compromisso e deixando-o a expensas das leis do mercado.

Ademais, a autonomia outorgada pelo Estado não se constitui em autonomia plena, mas como uma forma heterônoma na qual o Estado transfere a responsabilização aos trabalhadores docentes, enquanto mantém o controle por meio de políticas de avaliação, incentivos, requerimento de prestação de contas, flexibilidade laboral (livre contratação, perda de direitos laborais etc.), que fazem com que os docentes mantenham uma relação de controle de parte do Estado, mas também do mercado.

Na realidade educacional, as antigas formas de regulação burocrática convivem com as novas formas de regulação pós-burocrática e demarcam duplamente a autonomia, no jogo do Estado de descentralizar o poder a fim de recentralizá-lo e fazer o jogo do mercado. Portanto, nas interpretações e resistências dos sujeitos da educação, diante da realidade na escola, poderíamos encontrar uma verdadeira autonomia, na sua expressão mais genuína.

## REFERÊNCIAS

- CASTORIADIS, C. **El avance de la Insignificancia** . Buenos Aires: EUDEBA, 1997.
- CASTORIADIS, C. **La Institución imaginaria de la sociedad** . Buenos Aires: Tusquets Editores, 2013.
- EGANGELISTA, O.; SHIROMA, E. Apresentação. In: EVANGELISTA, O. (Org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara (SP): Junqueira e Marin, 2014. p. 83-100.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2016.
- FREIRE, J. C. da S. Autonomia docente na contemporaneidade: Fundamentos, condições e possibilidades. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 2, p. 321-345, abr./jun. 2018.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** . São Paulo: Atlas, 1999.
- HAYEK, F. A. **Los fundamentos éticos de una sociedad libre**. Ciclo de Conferencias sobre Fundamentos de un Sistema Social Libre organizado por el Centro de Estudios Públicos. Chile: [s. n.], 1981.
- KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.
- LEITE, V. de J.; BORGES, L. F. P.; FAUSTINO, R. C. Trabalho e Educação na Perspectiva dos Organismos Multilaterais. **Trabalho & Educação**. v. 30, n. 1, p. 161-175, jan./abr. 2021.
- MARTINS, A. M. Autonomia e educação: a trajetória de um conceito. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, 2002, p. 207-232.
- NEGRONI, P. Castoriadis y el proyecto de autonomía. **Revista Cátedra Paralela**, n. 8, p. 199-214, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/61705444.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.
- OLIVEIRA, D. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências

para os trabalhadores docentes. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 753-775, out. 2005.

RIBEIRO, E. C. dos S.; SANTOS, J. D. G; SOBRAL, K. M. Trabalho, Educação e Capital: Percursos Históricos e Impedimentos para a Formação omnilateral. **Trabalho & Educação**, v. 28, n. 2, p. 63-77, maio/ago. 2019.

SAFORCADA, F. Las Paradojas de La Autonomía Escolar en los '90: Escenas Sobre El Desarrollo de Una Política en Argentina. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, n. 3, p. 30-42, jan./jun. 2008.